



Ferreira coordena o trabalho de preparar as emendas

Empresários têm 80 emendas em estudo na Sistematização

SÃO PAULO — O empresariado urbano já encaminhou 240 emendas à Constituinte, número reduzido, agora, às 80 submetidas à Comissão de Sistematização. Todas elas chegaram por via indireta: alguns parlamentares, conhecidos por defenderem a livre iniciativa e a liberdade de mercado, receberam as sugestões dos empresários e as apresentaram como suas. Por trás do esquema, uma ação bem articulada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, coordenada por Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Vice-Presidente da Fiesp.

Na atual fase, uma das maiores preocupações é impedir a estatização do Sesi (Serviço Social da Indústria) e do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que formam pessoal especializado para o setor. Mas com a possibilidade de apresentação de novas emendas, nos próximos 30 dias, os empresários voltam à carga:

— As pessoas têm que entender que o caminho não está na estatização da economia. O Sesi e o Senai realizam um serviço pioneiro e necessário, gerando mão-de-obra especializada de primeira qualidade. O que desejamos é diminuir a intervenção do Estado sobre a economia como um todo, que, no caso do Brasil encarece a vida de todos os brasileiros porque já está provado que o Estado é ineficiente. Alguém tem dúvi-

da sobre isso? — indaga Carlos Eduardo.

Ele foi incumbido, juntamente com os empresários Rui Altenfelder e Daniel Sahagoff, dirigentes da Fiesp, de acompanhar os trabalhos da Constituinte. Preocupados em demonstrar o perigo da estatização e seus malefícios para o País, mantiveram reuniões com lideranças como o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), os Deputados José Lourenço (PFL-SP); Gastone Righi (PTB-SP); Guilherme Afif (PL-SP), Delfim Netto (PDS-SP), o Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e o Presidente da República, José Sarney.

— O que não queremos é que as coisas fujam da realidade, que fujam do chão. Algumas propostas na Constituinte não têm o mínimo cabimento, como o caso da emenda que não permite a transformação da dívida em capital de risco, o que é um absurdo. É um projeto danoso — afirma Carlos Eduardo.

O dirigente da Fiesp se recusa a revelar os nomes dos deputados e senadores amigos dos empresários, para não prejudicá-los: "Eles complementaram algumas emendas sugeridas por nós com fatos e circunstâncias que também contribuíram para defender a iniciativa privada nacional. As emendas acabaram por ser uma iniciativa conjunta importante dos empresários e desses parlamentares".